



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Nota 31/12/16	31/12/15
Ativo circulante	28.274	18.382
Caixa e equivalentes de caixa	5 17.414	9.372
Contas a receber de clientes	6 5.540	4.192
Títulos e valores mobiliários	7 5.205	4.561
Impostos a recuperar	8 8	17
Despesas pagas antecipadamente	9 6	171
Outros ativos	20	19
Não circulante	213.436	220.105
Imobilizado	8 213.120	219.731
Intangível	9 316	374
Total do ativo	241.710	238.487

(Em milhares de reais)

	Nota 31/12/16	31/12/15
Passivo circulante	23.550	22.575
Empréstimos e financiamentos	10 10.921	10.830
Fornecedores	11 1.327	1.740
Salários, férias e encargos sociais	12 231	101
Impostos e contribuições sociais a recolher	13 442	442
Dividendos declarados - partes relacionadas	13,1 6.732	3.798
Provisões de constituição dos ativos	11 3.356	5.156
Outros passivos	6	8
Não circulante	80.747	90.113
Empréstimos e financiamentos	10 77.833	87.199
Provisões de constituição dos ativos	11 2.896	2.896
Patrimônio líquido	137.413	125.799
Capital social	14 85.735	85.735
Reserva de lucros	51.678	40.064
Passivo e patrimônio líquido	241.710	238.487

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial não distribuídos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	75.585	10.150	1.848	2.697	26.327	-	116.607
Integração de capital através de AFAC	10.150	(10.150)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.055	12.055
Dividendos declarados - partes relacionadas	-	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
Reserva legal	-	-	602	-	-	(602)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	8.590	(8.590)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	85.735	-	2.450	2.697	34.917	-	125.799
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.346	28.346	28.346
Dividendos declarados - partes relacionadas	-	-	-	-	(6.732)	(16.732)	-
Reserva legal	-	-	1.418	-	-	-	1.418
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	20.196	(20.196)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	85.735	-	3.868	2.697	45.113	-	137.413

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	26.327	2.697	-	116.607
Lucro líquido do exercício	12.055	-	-	12.055
Dividendos declarados - partes relacionadas	(2.863)	-	-	(2.863)
Reserva legal	(602)	-	-	(602)
Transferência para reserva de lucros	8.590	-	-	8.590
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.917	2.697	-	125.799
Lucro líquido do exercício	28.346	-	-	28.346
Dividendos declarados - partes relacionadas	(6.732)	-	-	(16.732)
Reserva legal	-	-	-	1.418
Transferência para reserva de lucros	20.196	-	-	20.196
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.113	2.697	-	137.413

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala M, São Paulo - SP. A ANEEL através da Resolução Autorizatória nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. através da Resolução nº 716/2006, de 03 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL unificou a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A. A usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria, em 17 de fevereiro 2017. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 3 item e 3.1.4 - Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016 e 2015, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de realizados ativos de longo prazo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituinte de fato decorrente de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa:	17.414	9.372
Numerário disponível	263	3
Aplicações financeiras	17.151	9.369

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas em média de 90% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/16	31/12/15
Circulante	5.540	4.192
Suprimento de energia elétrica	5.540	4.192

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/16	31/12/15
Não circulante	5.205	4.561
Títulos e valores mobiliários	5.205	4.561

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, que representa no mínimo três prestações do financiamento, com característica de baixa liquidez e baixo risco de crédito. Foram remuneradas na média de 99,5% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

8. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Em serviço	Taxa média anual de depreciação	31/12/14	Adições	31/12/15	Adições	Baixas	Outros	31/12/16
Reservatórios, Barragens e Aduas	2%	103.282	-	103.282	3	-	145	103.430
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	34.005	-	34.005	10	-	-	34.015
Máquinas e Equipamentos	3%	94.722	29	94.751	197	-	(145)	94.803
Veículos	14%	444	1	445	18	(67)	-	396
Móveis e Utensílios	6%	58	3	61	24	-	(1.549)	85
Total do custo do imobilizado		242.940	692	243.621	698	(67)	(1.549)	242.694
Depreciação		(7.319)	(2.196)	(9.515)	(2.196)	-	-	(11.711)
Reservatórios, Barragens e Aduas		(2.354)	(705)	(3.059)	(706)	-	-	(3.765)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(8.331)	(2.740)	(11.071)	(2.743)	-	-	(13.814)
Máquinas e Equipamentos		(162)	(63)	(225)	(62)	31	-	(256)
Veículos		(15)	(6)	(21)	(7)	-	-	(28)
Móveis e Utensílios		(18.181)	(5.710)	(23.891)	(5.714)	31	-	(29.574)
Total da depreciação		(18.181)	(5.710)	(23.891)	(5.714)	31	-	(29.574)
Total do imobilizado líquido		224.759	(5.028)	219.731	(5.026)	(36)	(1.549)	213.120

9. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Em serviço	Taxa média anual de amortização	31/12/14	Adições	31/12/15	Adições	Baixas	Outros	31/12/16
Serviços	0%	193	12	193	-	-	-	193
Outros intangíveis	20%	192	-	192	-	-	-	192
Total do custo do intangível		490	12	502	-	-	-	502
Amortização		(51)	(24)	(75)	(18)	(93)	(93)	(246)
Software		(13)	(40)	(53)	(40)	(93)	-	(196)
Outros intangíveis		(64)	(64)	(128)	(58)	(93)	-	(346)
Total da amortização		(64)	(64)	(128)	(58)	(93)	-	(346)
Total do intangível líquido		426	(52)	374	(58)	(93)	-	156

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Nossas responsabilidades não objetivas são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Nota 31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	15	54.169
Custos operacionais	16	(15.116)
Compra de energia elétrica	(4.244)	(10.114)
Custos dos serviços prestados	(5.162)	(4.685)
Depreciação e amortização	8 e 9 (5.710)	(5.706)
Lucro bruto	39.053	23.107
(Despesas) Receitas operacionais	16	(2.168)
Administrativas e gerais	(575)	(456)
Depreciação e amortização	8 e 9 (62)	(66)
Pessoal	(887)	(948)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(644)	(634)
Lucro antes do resultado financeiro	36.885	21.003
Despesas financeiras	17 (8.689)	(8.454)
Receitas financeiras	17 2.804	1.337
(5.885)	(7.117)	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	31.000	13.886
IRPJ e CSLL correntes	18 (2.654)	(1.831)
Lucro líquido do exercício	28.346	12.055

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	31/12/16	31/12/15
Lucro líquido do exercício	28.346	12.055
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.346	12.055

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDA

O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	(% a.a.)	Taxa efetiva
BNDES	15/04/25	TJLP + 1,93%	-
BNDES	15/04/25	TJLP + 2,22%	-
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,00%	-
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,70%	-

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato, cujo montante original financiado foi de R\$ 111.185, corrigidos à TJLP mais juros de 1,93% a.a. e, em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou outro contrato, cujo montante original financiado foi de R\$ 16.875, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% a.a. O prazo de financiamento é de 168 parcelas mensais, iniciado amortização em 15 de maio de 2011 e a última parcela dar-se-á em 15 de abril de 2025. A Companhia forneceu penhor ao BNDES de seus direitos emergentes da Autorização ANEEL nº 138, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BR Foods Brasil S.A. As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2018	2019
------	------